

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Academia Real das Ciências de Lisboa II (1779-1820)

Durante as três décadas em questão, a Academia das Ciências de Lisboa (ACL) passou naturalmente por várias fases. Com o Vintismo, procurou adaptar-se aos desafios da primeira experiência liberal, contribuindo para o debate público sobre a convocação de Cortes, mas a sua natureza institucional e financiamento foram criticados em sessão do Soberano Congresso de 9 de Janeiro de 1823. Continuou a desenvolver intensa actividade de publicação de fontes e de memórias, embora já sem o brilhantismo e a pujança de outras eras, as das *Memórias Económicas...* e das *Memórias de Literatura...* Com a morte de António Ribeiro dos Santos (1818), António Caetano do Amaral (1819) e José Francisco Correia da Serra (1823) e a partida de João Pedro Ribeiro para o Porto, a Classe de literatura portuguesa ficou mais pobre, sobretudo no que toca a membros fundadores ou elementos que tivessem dinamizado o que se pode considerar como a *época áurea* da ACL, a nível de fontes e de estudos históricos (1789-1814). A classe continuava, porém, a contar com outros membros de destaque, figuras de historiadores e de eruditos como Frei Francisco de São Luís, o lente de Diplomática Francisco Ribeiro Dosguimães, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato e Joaquim José da Costa de Macedo, os quais integravam várias comissões de história. Sobretudo Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, director da *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, procurou prolongar o espírito inquisitivo dos trabalhos de Ribeiro dos Santos e de Francisco Borja de Garção Stockler sobre os descobrimentos portugueses, no que foi secundado por alguns trabalhos isolados de Costa de Macedo. Dosguimães prosseguia, no rasto de João Pedro Ribeiro, as aulas de Diplomática na Torre do Tombo (onde teria Alexandre Herculano como aluno), Trigoso de Aragão Morato prolongava o espírito de estudo erudito das instituições portuguesas e figuras como Frei Francisco de São Luís e D. Francisco Alexandre Lobo estudavam a temática da língua e literatura nacionais, centrais na própria definição do objecto da ACL. Outra linha de investigação, a das fontes e instituições jurídicas e legislativas, foi alvo do entusiasmo de João Pedro Ribeiro e de José Anastásio de Figueiredo.

Porém, o esforço colectivo de indagação de arquivos civis e eclesiásticos particulares, locais e regionais, tentado em 1788-1795 e, sobretudo, a continuada produção de textos de natureza histórica, como os que ainda hoje provocam vívido interesse por parte da comunidade académica (no caso das *Memórias de Literatura...*) tinham deixado de ser possíveis, por uma série de factores. Um deles, o da instabilidade política e militar, quase permanente entre os anos de 1820 e 1851. Outro, o da secundarização de uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

acção de mecenato, por parte do rei, da família régia ou do presidente da ACL (por inerência, um príncipe de sangue), face a dissensões civis como as que ocorreram nos reinados de D. João VI, D. Pedro IV e D. Miguel I: o soberano deixara de poder ser o protector e financiador da instituição, em anos de guerra civil, crise financeira e económica e de politização do debate público, quer político e histórico, quer académico e intelectual. A primeira experiência liberal portuguesa, a do Vintismo, parece ter visto com maus olhos a existência e o financiamento de uma instituição cultural tão claramente conotada com o Antigo Regime, com uma concepção aristocrática e elitista de um corpo académico, tão diferente de outros corpos culturais e cívicos, como a Universidade de Coimbra, os clubes políticos lisboetas e as associações culturais de variada natureza. Tal interpretação fica comprovada na citada sessão do Soberano Congresso de 9 de Janeiro de 1823, quando os deputados João Vitorino e João Maria Soares Castelo Branco afirmam que «todos os estabelecimentos académicos tinham nascido debaixo do bafo e protecção do poder absoluto, ao qual os sócios, mais que ninguém, queimavam incenso» e «os sábios das academias eram os primeiros promotores deste mesmo despotismo» (Luís R. Torgal e Isabel N. Vargues, *A revolução de 1820 e a Instrução Pública*, 1984, pp. 233 e 242). Por fim, a ausência de uma sede definitiva da ACL, até 1833 e a constante alteração de localização não poderiam contribuir positivamente para a estabilização dos trabalhos históricos e para a constituição de um acervo documental e bibliográfico que fundamentasse o trabalho histórico continuado. Verifica-se que a irregularidade de publicação de trabalhos colectivos de natureza histórica e, sobretudo, a constante alteração da natureza dos títulos colectivos impressos pela Academia dificilmente resultaria num trabalho histórico e metodológico de inovação e de progresso científicos, como sucedera em 1789-1814. Nem os tempos de revolução, regeneração e implantação liberais o permitiriam, com outras prioridades culturais e científicas a imporem-se e a serem politicamente impostas.

É pois visível que a esse período de efeito potenciador de vocações e orientações – mas não necessariamente revoluções – metodológicas da historiografia portuguesa, de 1788-1795, sucede outro, de estagnação da qualidade da produção historiográfica da instituição e de secundarização do papel da ACL num movimento *de vanguarda* dos estudos históricos em Portugal, nos anos de 1826 a 1846. Esse parece mesmo constituir uma das incógnitas principais nos estudos de história da historiografia portuguesa do século XIX: como se explica a evolução (ou involução) de estudos históricos dos finais do século XVIII e inícios do XIX para a época da *História de Portugal* de Alexandre Herculano, cujo primeiro volume é publicado precisamente em 1846? Se é verdade que a ACL continua, nos anos 20, 30 e 40 dessa centúria a permanecer como que a *guardiã* dos trabalhos históricos em Portugal, de acordo com a sua natureza de estrutura académica oficial, de patrocínio régio (como, aliás, sucedera com a Academia Real da História nos seus anos de maior brilhantismo), devido a dificuldades financeiras e de natureza vária, a busca ciosa por esse privilégio nem sempre a terá feito ser capaz de chamar a si aqueles historiadores que então mais se destacavam na introdução de inovações científicas no campo historiográfico. A historiografia oficial portuguesa passa por outras estruturas que não a ACL: a busca de uma memória política e institucional do Estado, a que se procurava conferir um suporte documental, é assegurado por um investimento erudito e diplomático via Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, financiadora do *Quadro Elementar...*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1842-1854), bem como por outras obras do Visconde de Santarém, de natureza geográfica e cartográfica, de manifesto patrocínio oficial e proponentes de uma sequência essencialmente polarizada pela unidade dinástica e pela experiência ultramarina. A cultura política liberal assume como um dos seus principais desafios a apropriação da memória histórica nacional e é lesta em operacionalizar recursos humanos e científicos que internacionalmente pudessem dar de Portugal uma imagem mais facilmente assimilável em fóruns científicos e diplomáticos estrangeiros, nomeadamente, com impressão de textos em língua francesa e inglesa. Nesse sentido, história, geografia e cartografia ganham relações simbióticas mas de fronteiras científicas ténues, numa tradição que aliás já existia anteriormente na ACL. Enquanto isso, Costa de Macedo, em discurso de 21 de Janeiro de 1843, ainda invoca o exemplo dos *patriarcas* de 1788-1795 para se referir à *Colecção de Notícias para a História e geografia das Nações Ultramarinas (História e Memórias...*, 2ª série, tomo I, parte II, 1844, p. III) e às efemérides náuticas, colectâneas de textos e de dados sem qualquer impacto ou inovação metodológicos, perpetuadores de uma tradição já despojada de verdadeira virtude senão a da auto-congratulação. Concedia contudo destaque às Ciências Morais e Políticas, o que indica uma vontade clara (mas de difícil concretização) por mudanças reais na utilização do conhecimento histórico e científico, a bem de uma regeneração social e política que tardava em vingar.

A publicação mais duradoura desta época será a da *História e Memórias*, com várias séries editadas, mas amalgamando produções de membros das três classes e reproduzindo sobretudo memórias parciais e não tanto visões históricas de conjunto. Outras colecções de renome, como *Efemérides náuticas ou diário astronómico* (65 tomos, 1788-1809 e 1820-1862) e *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (7 tomos, 1812-56) conheceram vários editores literários e alguma longevidade – especialmente a primeira – embora haja ainda que as considerar de mais perto, quer em termos do seu contributo crítico, quer no plano das conexões disciplinares, de modo a tornar possível delimitar a concepção e o lugar atribuído aos estudos históricos. Para tal será necessário sistematizar a informação bibliográfica e temática contida nestas e em outras colecções de relevo no período considerado.

Embora, do primeiro cartismo (1826) à regeneração (1851), tenham surgido importantes historiadores nacionais e estrangeiros, que ainda hoje constituem referências incontornáveis da época, os mesmos não foram integrados e assimilados na ACL por iniciativa desta, a não ser que a ela pertencessem de pleno direito anteriormente – como foi o caso de alguns dos sócios efectivos da classe de literatura portuguesa (depois de 1834, de ciências morais e belas-letas). Não se deverá, todavia, reduzir a questão a mera explicação demográfica. Num país onde a guerra civil politizava todos os sectores de actividade (o académico não era excepção), obrigando os indivíduos a optarem por uma linha de conduta clara (a neutralidade era possível, mas difícil) e a agirem em função dela, exilando-se, *homiziando-se*, aceitando funções públicas ou pegando em armas, a Academia não soube ou não pôde continuar a ser o viveiro de novos historiadores e investigadores de matérias históricas. Em 1833, conforme Lisboa é tomada pelas tropas liberais, a ACL é uma pálida imagem dos tempos áureos da fundação. Está desligada do convívio com as suas congéneres internacionais, porventura pouco interessadas em trocar textos, obras impressas e graus académicos com uma agremiação que representava um país em feroz e desumana guerra civil. Mas,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

apesar do esforço continuado do casal régio constituído por D. Maria II e D. Fernando II (em breve presidente da instituição) em restabelecer a antiga grandeza, fornecendo uma sede e meios materiais para que a ACL pudesse de novo dedicar-se ao estudo das ciências, das artes e das letras para obtenção do progresso nacional, de acordo com as intenções programáticas firmadas por Correia da Serra, as profundas fracturas sociais, ideológicas e políticas que caracterizam a primeira metade do século XIX português e, sobretudo, uma estagnação de projectos e de métodos dentro da classe de ciências morais e belas-letas, vão tornar muito difícil a retoma da produtividade histórica de outros tempos. O papel de Joaquim José da Costa de Macedo, secretário perpétuo entre 1833 e 1855, vai ser primordial, na revitalização dos contactos internacionais e do prestígio da instituição enquanto centro académico por excelência, bem como na reaproximação de sócios politicamente desavindos pelos conflitos ideológicos ocorridos desde 1820 (vejam-se os discursos de 1838, 1843 e 1854). Costa de Macedo, que cultivava as amizades científicas com eruditos franceses, estava atento às novidades metodológicas que surgiam da Alemanha, da França e da Grã-Bretanha, no campo da história, mas nunca as conseguiu introduzir no seu próprio discurso histórico ou no da ACL; de resto, era sobretudo um erudito, não tanto um historiador. À sua volta, entre os demais sócios efectivos, livres e correspondentes da classe, havia outros tantos eruditos, leigos e eclesiásticos, homens educados num Antigo Regime intelectual (e historiográfico), que poderiam ter desempenhado outro papel na dinamização e inovação dos estudos históricos portugueses, fosse isso visto como uma prioridade da instituição ou da comunidade intelectual institucionalizada – sobretudo, na ACL e na Universidade de Coimbra. Isto é, poderiam ter procurado adaptar-se a uma nova época ou impulsionado a busca e integração institucional de jovens valores historiográficos. Apesar de nesta época imperar a concepção de procurar conciliar a cultura oficial do liberalismo com o passado histórico português, articulando-a com a tradição académica erudita e com uma valorização da memória histórica e das exigências de opinião pública, muito para além do universo académico, a opacidade e carácter elitista da ACL dificultaram o acesso dos não-iniciados à instituição. Uma interpretação que apenas os resultados de um estudo prosopográfico a desenvolver poderá confirmar ou refutar. Mas os primeiros indicadores de uma análise sistemática de algumas centenas de sócios indica uma persistência, até à liberalização estatutária de 1852 e consequente alargamento da base de angariação de membros, de uma maioria de clérigos, nobres titulares e funcionários régios, lentes da Universidade de Coimbra e homens maioritariamente portugueses. O número de sócios efectivos era muito restrito (24 no total, ficando por vezes abaixo desse limite máximo) e existiam limitações claras na progressão hierárquica de correspondentes para sócios livres e, finalmente, efectivos. A divisão em secções e o trabalho concreto destas só vai surgir mesmo com o *sangue novo* que Alexandre Herculano introduziu na instituição, a partir daquela data.

Até lá, a inovação surgia isoladamente: lentes e bibliotecários relativamente jovens, como sucedeu com Coelho da Rocha, Alexandre Herculano, Cunha Rivara e outros. A principal excepção será Francisco Adolfo de Varnhagen, apoiado pelo vice-presidente da Academia, Frei Francisco de São Luís. Por exemplo, não será a ACL quem publicará a primeira colectânea moderna de sinopses documentais e de documentos diplomáticos portugueses, o *Quadro Elementar...* e o *Corpo Diplomático...*, em 1842 e 1846, mas sim o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

governo português, através do visconde de Santarém, em Paris. Serão Henrich Schaefer, Ferdinand Denis e Alexandre Herculano quem, em 1836-39 e 1846, publicarão histórias de Portugal dignas desse nome, em editoras particulares de Hamburgo, Paris e Lisboa. Também não foi a instituição a imprimir textos de cunho histórico sobre as cortes tradicionais portuguesas, sobre as instituições nacionais ou sobre os acontecimentos políticos recentes, como sucedeu no caso de obras dos mesmos visconde de Santarém e Coelho da Rocha e de José Liberato Freire de Carvalho, nos anos de 1827 a 1841. E se é verdade que este chega a sócio efectivo da classe de ciências morais e belas-letas (mas não o sendo à hora da morte), nem Schaefer nem Coelho da Rocha foram sócios da agremiação; Denis só o foi muito tardiamente; e Herculano chegou a demitir-se de sócio correspondente, por desentendimentos a propósito da polémica do milagre de Ourique.

Tais exemplos, embora isolados, parecem apontar para uma constante na ACL, no período entre 1834 e 1851: a História não era então uma área privilegiada de inovação e renovação metodológicas e científicas, por não possuir o país as condições de estabilidade, financiamento e estímulo canalizáveis para a instituição, por estar desfasado das prioridades culturais de outras monarquias parlamentares europeias. A produção apresentada, internamente, na ACL era ainda a das antigas análises sectoriais das *Memórias de Literatura* de 1792-1814. Ora se estas foram inovadoras nessa época de passagem para o século XIX, não poderiam, naturalmente, sê-lo quarenta ou cinquenta anos depois. O próprio debate e produção sobre a literatura portuguesa – afinal, um dos objectos principais do programa da Academia – estava agora nas mãos de literatos e historiadores como Ferdinand Denis, Francisco Adolfo de Varnhagen e Alexandre Herculano, em livros publicados em Paris e em Lisboa e em imprensa de prestígio como *O Panorama* e a *Revista Universal Lisbonense*. O espírito desta nova geração contrastava claramente com o de sócios efectivos muito antigos na classe de ciências morais e belas-letas, como Tomás António de Vila Nova Portugal, Francisco Recreio e mesmo José Liberato – , intelectuais de orientações doutrinárias bem diversas, o que não deixa de ser sintomático de uma determinada intenção de *fundir* na ACL posições ideológicas desavindas e não tanto congregar elementos académicos sensíveis a novas ideias. Ao não assimilarem tais valores, com a sua energia transbordante e novas visões, a classe e a ACL afastavam-se perigosamente dos novos tempos, não os podendo influenciar nem conseguindo, naturalmente, criar uma plataforma de trabalho, na qual antigos e novos referenciais e cultores historiográficos pudessem mutuamente aprender e criar novas linguagens e ferramentas históricas. Embora a paz militar estivesse restabelecida (já não ocorriam assassinatos políticos ou actos de guerrilha política, como na década de 1830), não vemos, antes de Herculano (e com a excepção pontual do visconde de Santarém em 1821-22, mas apenas para documentos diplomáticos), um ressurgir da busca de fontes inéditas por cartórios e arquivos eclesiásticos e civis, espalhados pelo reino, como sucedera em 1788-1794. As aulas de Diplomática, esse velho projecto de Frei Manuel do Cenáculo, a que João Pedro Ribeiro dera notável dinâmica, não produzia alunos suficientes para movimentar uma demanda colectiva por documentos históricos, como em França sucede com a École des Chartes (com a publicação da *Bibliothèque de l'École des Chartes*). A *Colecção de Livros Inéditos* (1790-1824), tal como outras colecções históricas da ACL, não



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ganha um ritmo de publicação comparável com a que a dita instituição francesa produz, com novos volumes a surgirem todos os anos. As comissões de história e de publicação das cortes tradicionais portuguesas, as únicas que se distinguem na classe de literatura portuguesa/ciências morais e belas-letas, das décadas de 1810 a 1840, integram muito poucos elementos – os sócios incluídos são sempre os mesmos, não surgindo uma renovação lógica com indivíduos mais jovens e devidamente formados em estudos paleográficos.

A Academia não faz, pois, a ponte entre a sua classe dedicada aos estudos históricos e as instituições pedagógicas e arquivísticas que mais poderiam fazer frutificar novas investigações – a Universidade de Coimbra, a aula de Diplomática e o arquivo central da Torre do Tombo. Ao contrário do que sucede em França, a figura do académico-historiador não está associado à leccionação de conteúdos históricos, ao constante desafio de publicação de textos em imprensa especializada regular, ao próprio debate das matérias históricas no parlamento nacional. Na França liberal, um historiador como Guizot e um filósofo como Cousin assumem um papel de destaque, político e intelectual, que constitui um claro sinal de uma sociedade que vive apaixonadamente a história e o debate de ideias: à recuperação e preservação do passado, nos monumentos e documentos, são dedicadas verbas e esforços redobrados. Por contraste, o académico de quem se espera a inovação histórica e científica, no seio da ACL, está desligado dos anseios de novos públicos, populares e cultivados, que obtêm regulamente a gratificação de novas descobertas, filológicas, arqueológicas e geográficas, como sucede em França, na Grã-Bretanha e no espaço germânico.

De tal modo a ACL estava a distanciar-se dos debates da sociedade portuguesa em geral (ao contrário do que sucedera em épocas anteriores, no caso das cortes a adoptar em 1820), que a questão central de Casamansa (Guiné), em 1839-1841, não parece perpassar pelo seu interior, apesar de ter chamado a debate figuras de sócios, como Frei Francisco de São Luís, o visconde de Santarém, Herculano e mesmo o deputado Oliveira Marreca. A atitude corporativa face ao projecto inovador da *História de Portugal*, de Herculano, no que toca à questão do milagre de Ourique, é esclarecedora do espírito pouco inovador que então animava a instituição. Por outro lado, à sua volta, tanto em Portugal como no estrangeiro, surgiam novas agremiações produtoras de reflexões e discursos históricos sobre a geografia, a história e o ultramar. Foram os casos da Sociedade Marítima e Colonial de Lisboa, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia de Paris, no seio dos quais historiadores e geógrafos como Lopes de Lima, o visconde de Santarém, Avezac e Varnhagen publicavam e debatiam textos com uma regularidade e um dinamismo muito maiores do que a de simples impressão de fontes propostos nos três volumes da *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas* (1836-1856).

Pode mesmo afirmar-se que a chamada «Questão Macedo», que opôs Herculano ao secretário perpétuo Costa de Macedo, de 1854 a 1857 (portanto, já fora do âmbito cronológico do presente artigo), foi motivada não só por questões de prestígio pessoal do primeiro, mas sobretudo pela oposição a métodos ultrapassados de organização e inventariação do espólio bibliográfico da ACL, de financiamento e comercialização dos espécimes publicados pela tipografia da instituição e de processamento célere e regular de actas e decisões tomadas em assembleias. Embora a oposição do historiador à escassez de trabalhos históricos de cunho científico e inovador publicados pela Academia depois das suas reformas



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

estatutárias de 1834 e de 1840 seja pouco conhecida, é possível que Herculano tivesse para a ACL um projecto semelhante ao que animava a vida de academias francesas, alemãs e britânicas da época: centros de debate, publicação e confrontação de ideias e documentos históricos, de modo a conhecer o passado e planificar o futuro – outro dos ideais programáticos dos estatutos de 1780, reiterado por Correia da Serra. Para tal, foi necessário proceder a uma reorganização dos estatutos, reformulados em 1851 e, sobretudo, a uma espécie de revolução palaciana, pela qual Costa de Macedo se demitiu de sócio e de secretário perpétuo da ACL em 1855 e foi aposentado da função de guarda-mor da Torre do Tombo em 1857. Só desse modo Herculano e uma série de companheiros e discípulos – Rebelo da Silva, Mendes Leal, Oliveira Marreca, entre outros – puderam dar à ACL uma capacidade operativa e um fulgor que a instituição há muito não conhecia e que a vão caracterizar como centro de prestígio durante o derradeiro terço do século XIX e influenciar pelo menos o primeiro terço do século XX. Se Costa de Macedo fez ressurgir das cinzas a Academia em 1833, Herculano fez o mesmo à historiografia portuguesa via ACL, em 1852-1857, isto apesar de se recusar a leccionar no Curso Superior de Letras, criado à sombra da instituição em 1859. Vejamos como, em dois conjuntos de aspectos. Um Herculano bibliotecário da Ajuda e das Necessidades, vice-presidente da Academia, totalmente devotado à continuação da *História de Portugal* e dos *Portugaliae Monumenta Historica*, numa Regeneração em parte inspirada pelas suas ideias de progresso e de reconciliação. Bem como influenciador de estatutos académicos que vigorariam até 1935 e de um Curso Superior de Letras conducente à profissionalização do historiador/investigador, com a partilha do seu tempo e financiamento dos seus trabalhos via formação específica e carreira docente (por exemplo, com a fundação da Faculdade de Letras de Lisboa em 1911).

Os anos de 1820 a 1851 foram, em suma, os de transição da ACL para uma sociedade liberal, em que a História é valorizada enquanto instrumento de conhecimento e de entretenimento, de instrução e de lazer, conduzindo à progressiva necessidade de uma imprensa que divulgasse, de modo regular e acessível, a informação mais actualizada sobre obras de historiadores e romancistas. Apesar do patrocínio régio de D. Maria II e de D. Fernando II (tal como, mais tarde, de D. Pedro V), o espírito de intermitente guerra civil acaba por enfraquecer a ACL enquanto espaço de debate científico e metodológico sobre o papel e funções do conhecimento histórico. Muitos dos principais historiadores da época conheceram o gosto amargo do exílio, da luta armada e das privações. O papel apaziguador e conciliador da ACL foi importante, no sentido de manter viva a chama dos estudos históricos portugueses do século XVIII, mas foi pouco dinâmica a chamar a si novos métodos, novos historiadores, divulgadores e romancistas, os quais acabam por, verdadeiramente, marcar o espírito histórico da época.

Bibliografia activa: Macedo, Joaquim José da Costa de, *Discurso recitado em 15 de Maio de 1838, na sessão pública da Academia Real das Ciências*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1838, 74 pp.; Macedo, Joaquim José da Costa de, *Discurso lido em 22 de Janeiro de 1843, na sessão pública da Academia Real das Ciências*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1843, 54 pp.; Macedo, Joaquim José da Costa de, *Discurso lido em 5 de Julho de 1854, em sessão pública da Academia Real das Ciências de Lisboa, como*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

secretário-geral, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1854, 41 pp.; *História e Memórias...*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1797-1865, 3 séries, 29 vols.; *Colecção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1812-1856, 7 vols.; *Colecção de opúsculos reimpressos relativos às navegações, viagens e conquistas dos portugueses*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1844-1858, 3 vols.; *Actas das sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Tipografia da Academia, 1849.

Bibliografia passiva: Baião, António, *A Infância da Academia (1788-1794). Visita aos arquivos do reino: correspondência a tal respeito de João Pedro Ribeiro, Santa Rosa de Viterbo, etc.*, Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.; Baião, António, *Comunicações Académicas*, Lisboa, 1951 (separata das *Memórias da Academia*).; Carvalho, Rómulo de, *A Actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.; Figueiredo, Fidelino de, «O que é a Academia (Real) das Ciências de Lisboa (1779-1915)», in *Estudos de Literatura*, primeira série (1910-1916), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, pp. 129-145.; Matos, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, 578 pp.; Serra, José Francisco Correia da, «Discurso Preliminar», in *Memórias Económicas...*, vol. I, Lisboa, na Tipografia da Academia das Ciências, 1789, pp. VII-XI.; Serra, José Francisco Correia da «Idem», in *Colecção de Livros Inéditos de História Portuguesa...*, vol. I, Lisboa, no mesmo local, 1790, pp. VII-XI.; Serra, José Francisco Correia da, «Coup d'oeil sur l'état des sciences et des lettres parmi les Portugais pendant la seconde moitié du siècle dernier, redigé par...» [1804], in BALBI, Adrien, *Éssai Statistique sur le Royaume de Portugal et d' Algarve...*, tome second, Coimbra, Imprensa Nacional/Casa da Moeda-Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004 (reimp. fac-sim. da ed. de Paris de 1822), pp. CCCXXXIII-CCCLVIII.; Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa (Doutrina e Crítica)*, vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, pp. 205-248.; Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre, «A Academia das Ciências – sua discussão nas Cortes», *A revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, 1984, pp. 219-246.

Daniel Estudante Protásio



APOIOS:

